

Índice

CAPÍTULO 50

PROCESSO E PROCEDIMENTO

1. Processo. Noções gerais.....	19
2. Sua natureza jurídica. Teorias do contrato e do quase contrato	20
3. Teoria da relação jurídica.....	21
4. Outras teorias.....	23
5. A teoria dominante	24
6. Sujeitos da relação processual	24
7. Objeto da relação jurídico-processual.....	24
8. Autonomia da relação processual	25
9. Caracteres	25
10. Pressupostos processuais	26
11. Início e fim do processo.....	27

CAPÍTULO 51

DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

1. O processo como sucessão de atos e como relação jurídica	29
2. Pressupostos processuais	30
3. A teoria dos pressupostos como requisitos para a válida formação do processo.....	30
4. A teoria dos pressupostos de existência e de validade.....	31
5. Os pressupostos de existência.....	33
6. Os pressupostos de validade	33

CAPÍTULO 52

FORMAS PROCEDIMENTAIS

1. Conceito de procedimento	39
2. Processo e procedimento	40
3. As alterações introduzidas no Processo Penal	43
4. Formas procedimentais	47
5. Procedimento na hipótese de foro pela prerrogativa de função	48
6. Observações indispensáveis para a análise dos procedimentos quando se tratar de foro sem prerrogativa de função	63
7. Regras gerais aplicáveis a todos os procedimentos de primeiro grau, pouco importando se comum ou especial, se previsto ou não no CPP	66
8. Rejeição da denúncia ou queixa.....	67
9. Procedimento ordinário.....	77
10. Prazo para a conclusão da instrução	94
11. Procedimento sumário	94
12. Suspensão condicional do processo	96
13. Infrações de menor potencial ofensivo. A transação	116
14. Os crimes previstos no art. 14 da Lei n. 7.505/86, arts. 39 e 40 da Lei n. 8.313/91 e art. 10 da Lei n. 8.685/93	132
15. Procedimento sumariíssimo	133
16. Crimes da competência do Tribunal do Júri.....	135
17. Procedimento	152
18. Impronúncia. Absolvição sumária e desclassificação.....	154
19. Pronúncia. Efeitos.....	160
20. Questionário. Ordem dos quesitos	222
21. Exemplos de quesitação.....	230
22. A sentença	242
23. Súmula do procedimento do Júri	252
24. Modelo de sentença absolutória.....	254
25. Modelo de sentença condenatória	255
26. Modelo de sentença, em caso de desclassificação	256

CAPÍTULO 53

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PREVISTOS NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

1. Crimes de responsabilidade de funcionários públicos	261
--	-----

2. Crimes contra a honra.....	267
3. Do processo e do julgamento dos crimes contra a propriedade imaterial.	281
4. Particularidades da fase pré-processual	284

CAPÍTULO 54

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NÃO PREVISTOS NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

1. O procedimento dos processos por crimes falimentares	291
2. Críticas e sugestões à nova Lei de Falências	297
3. Crimes de imprensa	301
4. Crimes eleitorais	301
5. Entorpecentes.....	305
6. Crimes contra a fauna e a flora	308
7. Crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.....	309
8. Crimes de abuso de autoridade	309
9. Crimes contra a economia popular	311
10. O Júri de economia popular (extinto)	313
11. Crimes de responsabilidade de Prefeitos	318
12. Crimes da Lei das Licitações.....	318

CAPÍTULO 55

PROCEDIMENTO DAS CONTRAVENÇÕES

1. Preliminares	321
2. Pode qualquer do povo provocar a iniciativa do Promotor na contra-venção do jogo do bicho? E se o Promotor requerer o arqui- vamento das informações?.....	324
3. O procedimento das contrações eleitorais. Observações	325

CAPÍTULO 56

DA SENTENÇA — I

1. Tripartição dos Poderes.....	327
2. Atos judiciários em sentido lato e sua classificação	328
3. Jurisdição voluntária	330
4. Atos anômalos	331

5. Atos jurisdicionais	332
6. Os atos jurisdicionais penais.....	333
7. Classificação dos atos jurisdicionais segundo o órgão do qual promanam	336
8. Sentenças executáveis, não executáveis e condicionais	337
9. Sentenças simples e subjetivamente complexas	337
10. Conceito de sentença	338
11. Estrutura lógica.....	339
12. Natureza jurídica.....	340
13. Função da sentença.....	341
14. Requisitos da sentença.....	344
15. Clareza e precisão da sentença penal.....	348
16. <i>Jura novit curia</i>	349
17. <i>A mutatio libelli</i>	351
18. Conceito de “elemento” e “circunstância”.....	352
19. O procedimento a ser observado na hipótese do art. 384 e pará- grafos do CPP	354

CAPÍTULO 57 DA SENTENÇA — II

1. Publicação da sentença	357
2. Efeito da publicação	359
3. Intimação da sentença.....	360
4. Sentença penal absolutória.....	363
5. Efeitos da sentença penal absolutória	364
6. Sentença penal condenatória.....	366
7. O problema da aplicação da pena	367
8. Efeitos da sentença penal condenatória	377

CAPÍTULO 58 DA COISA JULGADA

1. Coisa julgada	385
2. Fundamento político da coisa julgada.....	387
3. Natureza jurídica.....	388
4. Limites objetivos da coisa julgada.....	392
5. Limites subjetivos da coisa julgada	393

CAPÍTULO 59
DOS RECURSOS

1. Conceito. Generalidades	397
2. Fundamento	400
3. Pressupostos lógico e fundamental	401
4. Classificação da sucumbência	402
5. Pressupostos recursais objetivos	407
6. Pressupostos subjetivos	416
7. Juízo de admissibilidade	417
8. Extinção normal e anormal dos recursos	418
9. Classificação dos recursos	419
10. Recursos voluntário e necessário	420
11. Efeitos dos recursos	424

CAPÍTULO 60
DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

1. A variedade de recursos em matéria processual penal	431
2. O recurso em sentido estrito	433
3. A enumeração feita pelo art. 581 é taxativa?	434
4. Forma e prazo de interposição	435
5. O recurso em sentido estrito sobe nos próprios autos ou em separado?	436
6. Prazo para as razões e contrarrazões	437
7. O Juiz pode retratar-se? Retratando-se o Juiz, poderá a parte contrária recorrer?	438
8. A quem é endereçado o recurso em sentido estrito?	440
9. O recurso em sentido estrito será sempre endereçado ao Tribunal de Justiça?	441
10. As decisões que comportam recurso em sentido estrito	442
11. O recurso por termo nos autos	453
12. Efeitos	453

CAPÍTULO 61
DA APELAÇÃO

1. Noções	457
-----------------	-----

2. Quais as decisões que comportam o recurso de apelação?	459
3. Toda sentença condenatória ou absolutória é apelável?	462
4. Forma de interposição.....	463
5. Se o Juiz denegar o recurso de apelo, que providência poderá ser tomada?.....	463
6. Prazo para as razões e contrarrazões.....	464
7. Podem ser juntados documentos nas razões ou contrarrazões?.....	464
8. Pode o apelante apresentar suas razões na superior instância?	465
9. A quem é endereçado o recurso de apelo?.....	468
10. Apelação plena e limitada.....	469
11. Prazo para a remessa dos autos à superior instância.....	470
12. Pressupostos do recurso de apelo.....	471
13. Prazo para a apelação	471
14. Extinção anormal da apelação	476
15. Em qualquer apelação, o juízo <i>ad quem</i> funciona sempre como <i>judicium rescindens</i> ?.....	478
16. A apelação sobe nos próprios autos?	483
17. Absorção do recurso em sentido estrito	483
18. O prazo para o assistente apelar.....	484
19. Prazo para o Ministério Público apelar.....	488
20. Apelação sumária e ordinária	489
21. Efeitos do recurso de apelação	490
22. A apelação do assistente tem efeito suspensivo?	492
23. <i>A reformatio in pejus</i>	492
24. <i>Reformatio in melius</i>	504

CAPÍTULO 62

DO PROTESTO POR NOVO JÚRI

1. Noções	511
2. O protesto é recurso exclusivo da Defesa	512
3. Quando cabe o protesto	512
4. Se a pena for aumentada em grau de recurso, caberá o protesto?	513
5. Poderá a Defesa protestar e apelar?	516
6. Quantas vezes poderá o réu protestar por novo Júri?.....	517
7. Realizado o segundo julgamento, poderá o Tribunal do Júri im-	

por pena superior àquela imposta no primeiro?	518
8. Razão histórica do protesto.....	518
9. Se o Juiz não receber o protesto, que providência poderá ser tomada?.....	520
10. Poderá o jurado que participou do julgamento anterior fazer parte do Conselho de Sentença no segundo julgamento?.....	521
11. Não realização do Júri	522
12. A abolição do protesto.....	523

CAPÍTULO 63

DOS EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE

1. Considerações preliminares	527
2. Os embargos infringentes e os de nulidade.....	529
3. Prazo para a sua interposição e o respectivo procedimento	530
4. Os embargos infringentes e de nulidade são oponíveis contra toda decisão de segunda instância?.....	531
5. Os embargos na Suprema Corte.....	534
6. A particularidade que apresentam os embargos infringentes na Justiça Militar	536
7. Para o réu opor embargos infringentes e de nulidade deverá recolher-se à prisão?	537
8. Embargos no STJ.....	537

CAPÍTULO 64

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

1. Generalidades	541
2. Quando podem ser opostos	542
3. A quem são dirigidos. Prazo.....	542
4. Pressupostos.....	543
5. Procedimento	543
6. Cabe recurso do despacho do Relator que indefere liminarmente o requerimento?	543
7. Extensão dos embargos declaratórios	545
8. Quem pode interpô-los.....	546

9. Quem os julga.....	546
10. Os embargos na inferior instância.....	546
11. Retratabilidade.....	547
12. Suspende o prazo de outro recurso?	547
13. Embargos de declaração opostos aos embargos de declaração	548

CAPÍTULO 65

DA CARTA TESTEMUNHÁVEL

1. A carta testemunhável é recurso?.....	549
2. Quando cabe?	549
3. E se o recurso denegado for o extraordinário?.....	552
4. A denegação de outros recursos.....	552
5. A quem é requerida a carta testemunhável?.....	552
6. Procedimento	553
7. A entrega do recibo pelo escrivão.....	553
8. A carta tem efeito suspensivo?	554
9. Procedimento na superior instância	554
10. Por que a denominação “carta testemunhável”?	554
11. Como se conta o prazo do art. 640 do CPP	556

CAPÍTULO 66

DA CORREIÇÃO PARCIAL

1. Generalidades	559
2. Cabimento.....	559
3. Admite-se a correição no processo civil?	561
4. Origem da correição	561
5. Surgimento da correição no Estado de São Paulo. Órgão competente para apreciá-la.....	561
6. É inconstitucional?.....	562
7. É um recurso?.....	563
8. A correição, no Estado de São Paulo.....	563
9. Procedimento	564

CAPÍTULO 67

DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

1. Noções gerais.....	567
2. Recurso extraordinário: conceito, razão de ser	568
3. A denominação “extraordinário”	570
4. Outras funções do STF	570
5. Quando é cabível o recurso extraordinário?.....	571
6. Legitimidade	576
7. Procedimento	577
7-A. Preparo	577
8. Denegação. Recurso oponível	581
9. Procedimento no juízo <i>ad quem</i>	582
10. O prequestionamento	582
11. Súmulas do STF em matéria criminal.....	584

CAPÍTULO 68

RECURSO ESPECIAL

1. Cabimento.....	595
2. Procedimento	597
2-A. Cabe recurso especial contra decisão de Turma Recursal?	598
3. O problema da relevante questão federal	601
4. Finalidade do recurso especial	602
5. A exigência de esgotamento das vias ordinárias.....	603
6. Interposição simultânea dos recursos extraordinário e especial	603
7. Denegação do recurso especial. Providência	604
8. Efeitos do recurso especial	605
9. O prequestionamento	606
10. Súmulas do STJ em matéria criminal	606
11. Súmulas do extinto TFR em matéria criminal	614

CAPÍTULO 69

DOS AGRAVOS NO PROCESSO PENAL

1. Histórico	617
--------------------	-----

2. Agravo de instrumento.....	620
3. Agravo em execução.....	621
4. Agravo regimental.....	624
5. Recurso inominado.....	624

CAPÍTULO 70

RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL

1. Os três tipos de recurso ordinário constitucional.....	625
2. O recurso criminal ordinário constitucional previsto no art. 102, II, <i>b</i> , da Lei Básica.....	626
3. Providência contra a denegação do recurso criminal ordinário constitucional.....	630
4. O outro tipo: recurso ordinário constitucional.....	630
5. Procedimento do recurso ordinário constitucional para o STF.....	630
6. Recurso ordinário constitucional para o STJ. Procedimento.....	632

CAPÍTULO 71

“HABEAS CORPUS”

1. Histórico. O <i>habeas corpus</i> no Brasil.....	637
2. A entrada do <i>habeas corpus</i> em texto constitucional brasileiro. A doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i>	641
3. A reforma constitucional de 1926 e as demais Constituições até a atual.....	647
4. Natureza jurídica do <i>habeas corpus</i>	648
5. O <i>habeas corpus</i> como verdadeira ação.....	649
6. Quem pode impetrar.....	651
7. Relaxamento da prisão.....	653
8. O constrangimento.....	654
9. O recurso <i>ex officio</i>	654
10. Competência originária.....	655
10-A. E se o órgão coator for a Turma de Recursos de que trata a Lei dos Juizados Especiais Criminais?.....	664
11. Competência recursal.....	666
12. Concessão e denegação de <i>habeas corpus</i>	667

13. O <i>habeas corpus</i> na Justiça Militar.....	668
14. Casos especiais	668
15. Observações	669
16. O órgão competente dos Tribunais para julgar.....	670
17. Quando o constrangimento é ilegal.....	670
18. Salvo-conduto	676
19. O <i>habeas corpus</i> tranca o processo?.....	676
20. Apresentação do paciente	678
21. Sanções	678
22. Pedido de informações.....	679
23. Intervenção do Ministério Público	679
24. Como pode ser impetrada a ordem de <i>habeas corpus</i>	679
25. Concessão	680
26. Liminar em <i>habeas corpus</i>	681
26-A. Cabe <i>habeas corpus</i> para julgar indeferimento de liminar?	682
27. Extensão	685
28. Reiteração	685
29. Recursos extraordinário e especial.....	686
30. Não cabimento de <i>habeas corpus</i>	687
31. Ato de particular	689
32. Problemas especiais	690
33. Mandado de segurança.....	691

CAPÍTULO 72

DA REVISÃO

1. Observações preliminares	695
2. O erro judiciário e a coisa julgada	698
3. A revisão <i>pro societate</i>	700
4. A revisão criminal no Brasil	702
5. Natureza jurídica.....	703
6. Pressuposto primordial da revisão	706
7. Oportunidade	707
8. Legitimidade	707
9. O Ministério Público poderá requerer a revisão?.....	710

10. A revisão e a decisão do Júri	712
11. Competência	714
12. Os fundamentos do pedido	716
13. Extinção da punibilidade	719
14. Unificação de penas	721
15. Pode o Tribunal conceder mais do que lhe foi pedido?	722
16. O condenado precisa recolher-se à cadeia?.....	723
17. Conversão em diligência.....	723
18. A regra dos arts. 621 e 626.....	724
19. Absolvição e revisão.....	724
20. Prazo.....	725
21. O pedido	725
22. Procedimento	726
23. Julgamento.....	727
24. Improcedência.....	728
25. Procedência.....	728
26. Consequências	729
27. Anulado o processo, poderá ser aumentada a pena?	729
28. Reiteração	732
29. Sentença estrangeira	733
30. A Justiça Eleitoral.....	734
31. Morte do condenado	734
32. A indenização	734
33. A reclamação	736
BIBLIOGRAFIA	739